**ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO
DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
DA AMAZÔNIA LEGAL SOB A ÓTICA DE
BOA VENTURA SANTOS**

**STRATEGIES FOR THE INTERNATIONALIZATION OF
POSTGRADUATE PROGRAMS IN THE LEGAL AMAZON
FROM THE PERSPECTIVE OF BOA VENTURA SANTOS**

ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL SOB A ÓTICA DE BOA VENTURA SANTOS

STRATEGIES FOR THE INTERNATIONALIZATION OF POSTGRADUATE PROGRAMS IN THE LEGAL AMAZON FROM THE PERSPECTIVE OF BOA VENTURA SANTOS

Michele Silva Costa Sousa¹ | Waldecy Rodrigues² | Diego Neves de Sousa³

Recebimento: 05/06/2024

Aceite: 26/03/2025

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional (UFT).
Técnica administrativa da Universidade Federal do Tocantins.
Palmas -TO, Brasil.
E-mail: michelesc2_sc@yahoo.com.br

³ Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS).
Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura.
Palmas – Tocantins, Brasil.
E-mail: diegocoop@hotmail.com

² Doutor em Sociologia (UNB).
Docente da Universidade Federal do Tocantins.
Palmas – Tocantins, Brasil.
E-mail: waldecy@terra.com.br

RESUMO

As universidades buscam reconhecimento internacional através de reestruturações para atender às demandas sociais, políticas e econômicas. Em regiões periféricas, como a Amazônia Legal, esses desafios são ainda mais significativos. Este estudo analisa as práticas de internacionalização dos Programas de Pós-graduação (PPG) nesta região e sua relação com a epistemologia do Sul, conforme proposta por Sousa Santos (2016, 2019). A pesquisa orienta pela análise dos currículos dos docentes ligados aos PPG internacionalizados na Amazônia Legal. Dos 448 programas existentes na região, apenas dez alcançaram perfil internacional na última avaliação da Capes. Isso evidencia que os programas que não seguem as normas dos países do Norte Global enfrentam limitações, afetando seu funcionamento e desenvolvimento. Essa assimetria destaca a disparidade entre os PPG consolidados internacionalmente e aqueles em transição. Verificou-se, ainda, que a maioria dos PPG analisados tem buscado propor soluções aos desafios da Amazônia Legal, principalmente, por meio de estudos estratégicos relacionados as questões ambientais e da biodiversidade regional endêmica. Isto comprova que os PPG internacionalizados têm dialogado simultaneamente com temas regionais e globais, indo ao encontro do estabelecimento da cooperação Sul-Sul.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Cooperação Sul-Sul. Educação Superior.

ABSTRACT

Universities seek international recognition through restructuring to meet social, political, and economic demands. In peripheral regions like the Legal Amazon, these challenges are even more significant. This study analyzes the internationalization practices of Postgraduate Programs (PPG) in this region and their relation to Southern epistemology, as proposed by Sousa Santos (2016, 2019). The research is guided by analyzing the curricula of faculty members affiliated with internationally oriented PPGs in the Legal Amazon. Of the 448 programs in the region, only ten attained an international profile in the last evaluation by Capes. This highlights that programs not conforming to norms of Northern Global countries face limitations, affecting their functioning and development. This asymmetry underscores the disparity between internationally established PPGs and those transitioning. It was also found that the majority of analyzed PPGs have sought to propose solutions to the challenges of the Legal Amazon, mainly through strategic studies related to environmental issues and endemic regional biodiversity. This proves that internationally oriented PPGs have simultaneously engaged with both regional and global themes, aligning with the establishment of South-South cooperation.

Keywords: Regional Development. South-South Cooperation. Higher Education.

INTRODUÇÃO

Ao abordar a internacionalização do ensino superior no contexto brasileiro, é frequente deparar-se com a equiparação dos termos globalização e internacionalização, ou com a concepção da internacionalização como uma decorrência natural da globalização (Altbach, 2004). Apesar de suas distinções semânticas, esses conceitos estão intrinsecamente interligados.

Fortemente influenciada pelos aspectos da globalização, a educação superior é vista como uma indústria do conhecimento, essencial para a economia globalizada (Yonezawa, 2014). Esse tema tem sido debatido desde a década de 1990, com a análise das diferentes formas pelas quais a dimensão internacional se manifesta no ensino superior. Por ora, essa tendência reflete a relevância dessa temática (Jones; De Wit, 2012), mas ainda existem várias questões em aberto e debates em andamento (Dal-Soto; Alves; Souza, 2016).

No cenário global, observa-se uma significativa desigualdade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como entre instituições de ensino superior europeias e americanas, que possuem uma tradição reconhecida em mobilidade acadêmica internacional. Recentemente,

os países emergentes vêm despertando para os benefícios que a internacionalização das atividades de pesquisa, ensino e extensão pode trazer para o desenvolvimento regional (Dal-Soto; Alves; Souza, 2016).

Nesse contexto, a mobilidade acadêmica tem se tornado uma das principais estratégias para promover a internacionalização. É a principal força para a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação (PPG), em conjunto com as publicações internacionais (Mattos, 2018). No caso do Brasil, devido à criação tardia de suas universidades e à falta de articulação para se internacionalizarem, o país tornou-se predominantemente emissor, no qual as universidades brasileiras enviam seus pesquisadores para o exterior, mas nem sempre conseguem atrair pesquisadores renomados para visitar o Brasil (Tosta; Stallivieri; Tosta, 2016). Com isso, é evidente que as ações de internacionalização não ocorrem da mesma forma em todos os contextos, pois se trata de um processo que pode ser interpretado de maneiras diferentes, dependendo do enfoque adotado (Luce; Fagundes; Mediel, 2016).

Marrara e Rodrigues (2009), já na década de 2000, destacavam que as políticas de internacionalização eram vistas como ferramentas para a formação de professores, estudantes e pesquisadores, proporcionando experiências teóricas e práticas complementares à formação dos participantes do ensino da pós-graduação, bem como promovendo o desenvolvimento da educação e da ciência por meio da colaboração com parceiros estrangeiros.

Um exemplo concreto de apoio às políticas de internacionalização do ensino superior no Brasil foi a divulgação do edital Capes PrInt, em 2018. Esse edital teve como proposta selecionar projetos que se concentrassem na internacionalização de instituições de ensino superior que já possuíam, pelo menos, quatro PPG recomendados na última avaliação feita pela Capes. O edital PrInt propôs a implementação de ações ao longo de um período de quatro anos, fornecendo auxílio financeiro para missões de trabalho no exterior, recursos para a manutenção de projetos e a disponibilização de bolsas tanto para estudantes brasileiros no exterior quanto para estudantes estrangeiros no Brasil. Essa iniciativa visava fortalecer a presença internacional das instituições de ensino superior brasileiras, promovendo a colaboração e o intercâmbio acadêmico em nível global.

No entanto, é importante ressaltar que o Capes PrInt não apoiou nenhuma instituição da região amazônica. As instituições de ensino que foram selecionadas e beneficiadas pelo Capes PrInt foram, em grande parte, aquelas já consolidadas e reconhecidas internacionalmente no cenário acadêmico brasileiro. Essa realidade destaca a necessidade de um esforço adicional para promover a internacionalização das instituições de ensino superior localizadas na região amazônica, que enfrentam desafios específicos em termos de recursos, infraestrutura e visibilidade internacional. A inclusão dessas instituições em programas e editais de apoio à internacionalização é fundamental para garantir uma representação mais ampla e diversa da educação superior brasileira no contexto global. Embora o último edital específico para apoio à internacionalização, datado de 2018, represente um marco significativo nesse processo, é importante destacar que diversas iniciativas foram lançadas e implementadas desde então para fortalecer esse objetivo.

Diante do fato de que existem desigualdades entre os PPG das regiões brasileiras, principalmente quanto ao fomento às práticas de internacionalização, busca-se entender as práticas que vêm sendo desenvolvidas para o fomento da internacionalização nos Programas de Pós-Graduação da Amazônia Legal. Nesse sentido, é possível refletir sobre novas perspectivas de internacionalização Sul-Sul, diante das especificidades dessa região, e não apenas sobre as dominantes Norte-Sul, no contexto geopolítico internacional.

Sousa Santos (2016) defende a necessidade de dar visibilidade aos países em desenvolvimento, contrariando a lógica eurocêntrica dominante e posicionando-os também como referências universais, cada qual com suas particularidades, como é o caso da cooperação Sul-Sul. Esta se refere a uma forma de colaboração entre países em desenvolvimento ou regiões periféricas, com o objetivo de promover a solidariedade e a troca de conhecimentos e recursos. É uma forma de fortalecer as relações entre países do Sul Global, superando a dependência tradicional em relação aos países do Norte Global.

Para tanto, o objetivo deste artigo é analisar as práticas de internacionalização dos PPG da Amazônia Legal e sua relação com o conceito de epistemologia do Sul. Este estudo utilizará as concepções apresentadas por Sousa Santos (2016, 2019) para realizar uma discussão relevante

sobre a epistemologia do Sul, mediante análise dos currículos dos docentes filiados aos PPG internacionalizados da Amazônia Legal. Por meio dessa perspectiva, será possível analisar se existem assimetrias entre os PPG em relação à internacionalização. Essa análise será pautada em uma abordagem que visa reparar os danos e os impactos historicamente influenciados por relações coloniais e desigualdades de poder globais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada se fundamenta em uma abordagem qualitativa-quantitativa de cunho interpretativista, utilizando-se de procedimentos investigativos embasados em documentos e nos currículos lattes dos docentes vinculados aos PPG da região amazônica, daqueles identificados com um perfil internacional e avaliados com notas 6 e 7 pela Capes. Nos estados desprovidos de PPG de nível internacional, foram selecionados aqueles com nota 5, por terem indicativos de transição nesse processo de internacionalização.

Do conjunto de Programas de Pós-Graduação da Amazônia Legal existem 10 que possuem notas entre 6 e 7, os quais são considerados de excelência e com maior impacto internacional, conforme é apregoado pela Capes. Parte-se do pressuposto que são esses os PPG que são referências a se internacionalizarem e, por isso, foram selecionados nesta pesquisa.

Dos 448 Programas de Pós-graduação stricto sensu da Amazônia Legal, apenas 0,448% alcançaram o status de internacionalização, conforme definido pela Capes, os quais estão concentrados em apenas três estados desta região, principalmente de origem do estado do Pará (70%). Para abranger os demais seis estados da Amazônia Legal, foi selecionado um PPG de cada estado com nota 5 e buscou-se selecionar uma diversidade de áreas de conhecimento para melhor representatividade da amostra da pesquisa (Quadro 3). No Tocantins foram selecionados mais de um PPG, tendo em vista que corresponde ao estado de origem dos autores que ora propõem esta pesquisa, circunstância que desperta o interesse em conhecer a realidade estadual (Quadros 1 e 2).

Quadro 1 | Relação dos PPG da Amazônia Legal com perfil de internacionalização

Instituição de Ensino	Área de Avaliação	Nome do Programa	Nível	Nota
Universidade Federal do Pará – UFPA	Astronomia / Física	Física	M/D	6
Universidade Federal do Pará – UFPA	Ciências Biológicas I	Genética e Biologia Molecular	M/D	6
Universidade Federal do Pará – UFPA	Ciências Biológicas III	Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários	M/D	6
Universidade Federal do Pará – UFPA	Linguística e Literatura	Letras: Linguística e Teoria Literária	M/D	6
Universidade Federal do Pará – UFPA	Psicologia	Psicologia	M/D	6
Universidade Federal do Pará – UFPA	Geociências	Geologia e Geoquímica	M/D	7
Universidade Federal do Pará – UFPA	Interdisciplinar	Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	M/D	7
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Ciência da Computação	Informática	M/D	6
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA	Biodiversidade	Biologia (Ecologia)	M/D	7
Universidade Federal do Maranhão – UFMA	Serviço Social	Políticas Públicas	M/D	6

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

Quadro 2 | Relação dos PPG da Amazônia Legal com perfil de internacionalização em transição

Instituição de Ensino	Área de Avaliação	Nome do Programa	Nível	Nota
Universidade Federal do Tocantins – UFT	Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	Desenvolvimento Regional	M/D	5
Universidade Federal do Tocantins – UFT	Ciências Ambientais	Ciências do Ambiente	M/D	5
Universidade Federal do Tocantins – UFT	Produção Vegetal	Ciências Agrárias	M/D	5
Universidade Federal do Mato Grosso – UFTM	Medicina Veterinária	Ciências Veterinárias	M/D	5
Universidade Federal do Amapá- UNIFAP	Biodiversidade	Biodiversidade Tropical	M/D	5
Universidade Federal do Acre – UFAC	Linguística e Literatura	Letras: Linguagem e Identidade	M/D	5
Universidade Estadual de Roraima – UER	Ensino	Ensino de Ciências	M/D	5

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

Ao analisar os currículos dos docentes efetivos dos PPG internacionalizados foi possível identificar suas áreas de expertise, participação em redes internacionais, publicações em periódicos internacionais, bolsistas produtividade dentre outras informações relevantes para compreender a contribuição dos PPG para a internacionalização do ensino superior. A coleta de dados ocorreu no mês de agosto de 2023, abrangendo um mapeamento extenso que envolveu um total de 365 currículos lattes. Este levantamento representou uma abordagem abrangente, permitindo uma análise robusta das informações disponíveis naquele período específico.

CONTRIBUIÇÕES DE BOAVENTURA SOUSA SANTOS PARA A EPISTEMOLOGIA DO SUL

A universidade desempenha papel fundamental como um espaço plural e distinto de integração, diálogo e construção do conhecimento. Segundo o estudo de Farias, Oliveira e Peloso (2021), nesse ambiente ocorre uma antagonização em relação ao modelo hegemônico homogeneizante, no qual a cultura é referenciada pelo modelo euro-norte, baseado no acesso e consumo de produtos. A abertura da universidade ao diálogo e à participação, especialmente dos públicos mais excluídos, possibilita a aprendizagem de uma cultura cidadã-democrática-inclusiva, que promove o sentimento de pertencimento e o compromisso com valores de justiça, tolerância e solidariedade, essenciais para a construção da autonomia e ampliação da consciência.

A cooperação Sul-Sul é um conceito proposto por Boaventura de Sousa Santos, que se refere a uma forma de colaboração entre países em desenvolvimento ou regiões periféricas, com o objetivo de promover a solidariedade e a troca de conhecimentos e recursos. Trata-se de uma abordagem que busca fortalecer as relações entre países do Sul Global, superando a dependência tradicional em relação aos países do Norte Global (Sousa Santos, 2016).

Nessa direção, Sousa Santos (2018, p. 300) cunha o termo *Epistemologias do Sul* para denominar “a produção e validação dos conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que sistematicamente têm sofrido a injustiça, a opressão e a destruição causadas pelo capitalismo, o colonialismo e o patriarcado”. O cerne da *Epistemologia do Sul* é reconhecer e conceder o devido valor ao conhecimento renegado ou desmerecido pelas epistemologias dominantes, desenvolvidas, de modo especial, no Norte Global. Em seu lugar, abre-se espaço para acender lutas de resistência diante das sucessivas opressões experimentadas pelo Sul Global contra o conhecimento — opressões que continuam se manifestando e se perpetuando em diferentes espaços e tempos (Sousa Santos, 2018).

Seu objetivo, aliás, é identificar e valorizar aquilo que, com frequência, nem sequer aparece como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, surgindo, em seu lugar, como parte das lutas de resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa opressão. Muitas dessas formas de conhecimento não são saberes abstratos, mas sim empíricos (Sousa Santos, 2018).

Deste modo, Sousa Santos (2007, p. 28) refere-se à *sociologia das ausências*, que “em nossa realidade é produzida ativamente como não existente, e por isso a armadilha maior para nós é reduzir a realidade ao que existe”. Essa dominação ofusca o que é real. Assim, de acordo com Sousa Santos (2007), é preciso mudar o estado de ser dos sujeitos — de ausentes para presentes — com o intuito de se alcançar a emancipação social ou mesmo reinventá-la, mediante a identificação e validação de conhecimento. Em outras palavras, a *sociologia das ausências* compreende a importância de superar a monocultura do saber científico, permeado por linearidades e universalismos. O autor propõe a necessidade de uma *Sociologia das Emergências*, que, ao partir de pequenos movimentos, como os de ação coletiva e de movimentos sociais, chegue a experiências possíveis e concretas que ainda não se manifestaram — seja por falta de espaços ou de alternativas —, mas que são reais e passíveis de emergir socialmente.

A ampliação da compreensão sobre as reflexões apresentadas por Sousa Santos (2007) recai no conceito de *pensamento abissal*, ao acentuar que o mundo se encontra dividido entre duas linhas imaginárias, as quais representam, por consequência, realidades duais permeadas por diferentes características — divididas entre Norte Global/Sul Global, metrópole/colônia. Essa separação ocasiona sujeições, exclusões, opressões, invisibilidade e inexistência para o lado Sul. O não reconhecimento de conhecimentos fora do escopo do que se estabelece como universal desmerece os saberes que emergem no Sul Global. Existe, assim, “deste lado da linha” e “do outro lado da linha”, que demarca a humanidade entre os que alcançaram reconhecimento e os que têm sua condição humana inviabilizada. Por um lado, dominação e controle; por outro, subordinação, negação e desmerecimento.

Neste intento, as *Epistemologias do Norte* são tidas como centrais no fornecimento de conhecimento válido e superior, visto que possuem as expertises necessárias para desenvolver as maiores e melhores pesquisas. Além disso, fazem uso de métodos, técnicas e instrumentos científicos clássicos, considerados padrões e garantidores de eficiência, com reconhecimento internacional — posicionando o Norte como parâmetro e referência para o Sul. Tal fato ocasiona uma falsa impressão e institui universalismos difíceis de serem superados, pois acaba por justificar a superioridade e a dualidade normativa que assombra o Sul, ou seja, metrópole e colônia ainda em plena reprodução

e naturalização nas sociedades contemporâneas, mesmo que de forma velada (Sousa Santos, 2018).

Diante do reconhecimento mundial das produções científicas provenientes do Norte Global — que colaboram para acentuar as disparidades e perpetuar o espelhamento, como referido por Sousa Santos (2018), do que é produzido no Norte pelo Sul — destaca-se o desmerecimento das identidades e culturas nacionais dos países do Sul, que possuem imensa diversidade e favorecem o florescimento de amplas possibilidades de pesquisa. Nesse contexto, duas premissas fundamentais da abordagem nortista encontram respaldo: a primeira destaca a importância da observação sistemática e da experimentação controlada por parte da ciência, para que esta possa ter fundamentação. A segunda ressalta que o conhecimento científico, devido ao seu rigor e potencial instrumental, difere radicalmente dos demais saberes. Esses princípios essenciais solidificam a base conceitual e contribuem para uma compreensão aprofundada do papel da ciência nesse cenário específico.

PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Dos dez cursos de pós-graduação analisados que são internacionalizados na Amazônia Legal, conforme a última avaliação da Capes, sete fazem parte da Universidade Federal do Pará (UFPA), dois são da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e um pertence ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Entre os da UFPA, Genética e Biologia Molecular, Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, Física e Letras obtiveram conceito 6 na última avaliação da Capes. Os três primeiros foram criados na década de 2000 e possuem características semelhantes em relação às variáveis analisadas no estudo, como pode ser verificado no Quadro 1.

Dessa relação, somente o curso de Letras se diferencia, pois foi criado em 1987 e os processos de revisão *ad hoc*, bem como a publicação de periódicos, se concentraram em revistas nacionais, além de ser reduzido o contingente de docentes beneficiados com bolsas de produtividade do CNPq. No entanto, os trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos, aliados ao histórico de avanços do programa, podem ter contribuído para a compreensão do alcance e manutenção do conceito 6 na avaliação da Capes, enfatizando também as colaborações internacionais estabelecidas com outras instituições de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (PD&I).

Outro programa da UFPA que obteve o conceito 6 é o de Psicologia, criado em 2005, no qual foi possível observar que não há concentração de publicações e revisões em periódicos internacionais, e apenas uma pequena porcentagem dos docentes possui bolsa de produtividade. Destaca-se que dois programas da UFPA tiveram notável desempenho, o que resultou na nota 7 atribuída pela Capes na última avaliação: o de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) e o de Geologia e Geoquímica (PPGG), ambos criados na década de 1970. A forte atuação internacional, com participação em redes e acentuadas publicações estrangeiras e em língua estrangeira, é verificada em relação ao PPGG, enquanto, no PPGDSTU, destaca-se a presença de bolsa de produtividade por uma parcela considerável dos docentes vinculados (Quadro 3).

Por sua vez, o PPG-Ecologia, do INPA, com quarenta e sete anos de existência, apresenta uma vasta trajetória acadêmica e mantém profícua produção internacional, além de contar com pesquisadores formadores e reconhecidos entre os pares — conjunto que contribuiu para a obtenção do conceito máximo atribuído pela Capes.

Neste estudo, é fundamental ressaltar a importância de determinados quesitos, tais como o investimento em publicações internacionais, o suporte às revisões *ad hoc*, a promoção de eventos com abrangência internacional e a formação de parcerias institucionais com atores do exterior. O propósito dessas iniciativas é impulsionar o reconhecimento dos programas de pós-graduação não apenas em âmbito nacional, mas também em instâncias de renome internacional. Destaca-se também, pela grande relevância no sentido de se promover a internacionalização, a trajetória de atuação do PPG somada à infraestrutura, ao corpo docente e discente que o compõe, às redes estabelecidas, acrescidas da participação em associações/sociedades científicas e aos intercâmbios internacionais. Tais elementos conferem legitimidade e respeito, ainda que a presença internacional não esteja proeminente entre todas as variáveis analisadas.

Quadro 3 | Comparativo entre alguns programas de pós-graduação da Amazônia Legal

Programa	Universidade	Nota CAPES	Revisão e Publicação de Periódicos	Bolsista Produtividade	Ano de Criação
Genética e Biologia Molecular	UFPA	6	Concentrada em revistas internacionais	78,6%	2001
Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários	UFPA	6	Concentrada em revistas internacionais	61,9%	2004
Psicologia	UFPA	6	Concentrada em revistas nacionais	7,4%	2005
Física	UFPA	6	Concentrada em revistas internacionais	55%	2003
Letras	UFPA	6	Concentrada em revistas nacionais	23,53%	1987
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	UFPA	7	Concentrada tanto em revistas nacionais e internacionais	17,4%	1977
Geologia e Geoquímica	UFPA	7	Concentrada em revistas internacionais	76%	1976
Informática	UFAM	6	Concentrada em revistas internacionais	26,47%	2001
Ecologia	INPA	7	Concentrada em revistas internacionais	51,43%	1976
Políticas Públicas	UFMA	6	Concentrada em revistas nacionais	12,9%	1993

Fonte: elaborado pelos autores com base no banco de dados currículo lattes dos docentes, 2023.

A análise dos Programas de Pós-Graduação internacionalizados e em via de internacionalização na Amazônia Legal, mais especificamente no que tange à produtividade, revela desempenho variado em diferentes indicadores, o que também reflete o que é apregoado por cada área do conhecimento. No Quadro 4, observa-se que o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA se destaca na região amazônica com o maior número de artigos publicados (755) e a maior média de publicação por docente (32,8). Isso sugere uma produção científica de maior impacto internacional e uma alta produtividade dos pesquisadores envolvidos nesse programa.

Quadro 4 | Comparativo de variáveis de produtividade entre os PPG da Amazônia Legal

Programa	Artigos publicados	Nº de docentes	Média de publicação/docente	Inglês	Coautoria estrangeira	Norte - Sul	Sul - Sul	Amazônia
Biologia (Ecologia)/ INPA	717	35	20,48	97%	40%	91,6%	8,4%	83,6%
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ UFPA	755	23	32,8	15%	13,3%	50%	50%	72,5%
Geologia e Geoquímica/ UFPA	351	24	14,6	93%	34,6%	54%	46%	3,9%
Genética e Biologia Molecular/ UFPA	644	23	28	97%	22%	69,6%	30,4%	23,6%
Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários/ UFPA	425	21	20,2	95,5%	13,6%	84,6%	15,4%	37,5%
Psicologia/ UFPA	196	27	7,2	18,0%	22,2%	50,0%	50,0%	1,5%
Física/ UFPA	171	20	8,5	93,7%	33,7%	85,2%	14,8%	2,5%
Letras: Linguística e Teoria Literária/ UFPA	304	34	8,9	1,2%	7,9%	30,7%	69,3%	31,4%
Informática/ UFAM	128	34	3,7	97%	30%	80,9%	19,1%	4,2%
Políticas Públicas/ UFMA	152	31	4,9	4,4%	1,1%	100,0%	0,0%	2,2%
Desenvolvimento Regional/ UFT	315	16	19,8	17,7%	5,7%	33,3%	77,7%	28,8%
Ciências do Ambiente/ UFT	340	16	21,2	23,7%	13,1%	100%	0%	54,3%
Produção Vegetal/ UFT	429	14	30,6	74,5%	16,1%	33,3%	77,7%	12,5%
Ciências Veterinárias/ UFMT	189	14	13,5	89,0%	7%	28,6%	71,4%	5%
Biodiversidade Tropical/ UNIFAP	376	20	18,8	92,2%	23,3%	47,6%	52,4%	55,5%
Letras - LINGUAGEM E IDENTIDADE/ UFAC	247	18	12,05	7,3%	8,6%	77,7%	22,3%	28,6%
Ensino de Ciências/ UERR	154	12	12,8	9,8%	0,0%	0,0%	0,0%	29,4%

Fonte: elaborado pelos autores com base no banco de dados currículo lattes dos docentes, 2023.

Em relação à publicação em língua inglesa, os cursos que se destacaram foram os Programas de Biologia (Ecologia) do INPA, Genética e Biologia Molecular da UFPA e Informática da UFAM, todos com 97% do total de publicações no período analisado. A colaboração com pesquisadores estrangeiros é um indicador importante de internacionalização e qualidade da pesquisa. Destacaram-se programas como Biologia (Ecologia)/INPA (40%), Geologia e Geoquímica/UFPA (34,6%) e o de Física/UFPA (33,7%), que possuem as maiores porcentagens de coautoria estrangeira em publicações científicas na pós-graduação da Amazônia Legal.

Em relação a parcerias, alguns programas demonstram uma forte colaboração tanto entre instituições do Norte quanto entre países do Sul. Por exemplo, o Programa de Políticas Públicas da UFMA tem uma colaboração exclusivamente Norte-Sul (100%), enquanto programas como Desenvolvimento Regional e Produção Vegetal, ambos da UFT, demonstram uma colaboração significativa Sul-Sul (77,7%). Programas como o de Física/UFPA e Informática/UFAM apresentam uma alta porcentagem de publicações aplicadas (88,7% e 68,5%, respectivamente), indicando um foco prático e uma relevância direta para as necessidades da região. Por sua vez, o Programa de Biologia (Ecologia)/INPA se destaca entre os demais PPG da região por correlacionar seus trabalhos científicos com temas inerentes à Amazônia (Quadro 2).

A prática de publicar artigos em revistas de língua inglesa e a participação de docentes em eventos científicos internacionais ocorrem principalmente em ambientes onde o inglês é preponderante. Enfatiza-se aqui a disseminação de uma língua através da qual a ciência historicamente foi difundida. Esse fenômeno evidencia a influência de um sistema em que os países do hemisfério Norte impuseram suas tradições e descobertas como verdades absolutas, mesmo com a possibilidade de serem refutadas pelos países do hemisfério Sul por meio de conhecimentos atualizados e/ou complementares (SOUSA SANTOS, 2019).

Conforme apresenta Sousa Santos (2019), ao se legitimar o saber científico em detrimento de outros conhecimentos, deixa-se de considerar outros saberes, especialmente os de grupos vulneráveis e que se encontram à margem da sociedade, o que contribui para a perpetuação da injustiça cognitiva. Nessa direção, apregoa-se a necessidade de a universidade ser uma “pluriversidade” e, ao realizar

esse trocadilho com o radical, busca-se sinalizar a importância de se descolonizar e se abrir para os saberes silenciados. Destaca-se que, para isso, é imprescindível uma mudança complexa e radical, para além do conhecimento que é produzido nas universidades, com o intuito de que a transformação seja efetiva.

Diante do exposto, é possível entender as dificuldades que envolvem o processo de internacionalização pelas universidades, especialmente as da Amazônia Legal, cujos entraves e limitações são explícitos, como a dificuldade em acessar políticas de internacionalização em comparação com as regiões Sul e Sudeste do país. A propagação de suas pesquisas nos domínios do Norte Global enfrenta dificuldades para se concretizar, visto que, ao apresentarem investigações imbricadas a uma realidade local/regional, na maioria das vezes têm suas pesquisas relegadas à margem do reconhecimento no meio acadêmico dominante. Os dados coletados nesta pesquisa permitem explicitar essa realidade, haja vista o empenho de grande parte dos docentes para conseguir estabelecer redes com pesquisadores e instituições de pesquisa do Norte.

Destaca-se também que, dentre os cursos de pós-graduação pesquisados, os que possuem maior visibilidade e obtiveram conceito máximo na avaliação quadrienal da Capes foram os que estabeleceram uma política de trabalho alicerçada na internacionalização, sobretudo conquistando espaços em instituições de ensino superior de países europeus e norte-americanos, como os cursos de Pós-Graduação em Biologia (Ecologia), Genética e Biologia Molecular, Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, Física, Geologia e Geoquímica, Informática, Políticas Públicas, Ciências do Ambiente e Letras (Linguagem e Identidade). Por sua vez, os PPGs em via de internacionalização, como Desenvolvimento Regional, Ciências do Ambiente e Ciências Veterinárias, tiveram mais afinidade na articulação de ações de internacionalização entre os países do Sul-Sul, o que também é incentivado por algumas áreas do conhecimento.

A pressão vivenciada pelas instituições de ensino superior pela conquista de maior dimensão internacional e concretização de parcerias com o Norte Global é perceptível nas análises dos currículos Lattes dos docentes. Dentre os PPGs pesquisados, evidenciou-se, por intermédio da análise dos currículos dos docentes, que seis deles concentram seus esforços na revisão e publicação em

periódicos de impacto internacional, o que demonstra um claro empenho em atingir o conceito de internacionalização, que qualifique e possibilite novas oportunidades de crescimento, reconhecimento e investimento das agências de fomento nesses programas. Neste compêndio, estão listados os seguintes: Genética e Biologia Molecular, Informática, Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, Física, Ecologia, Geologia e Geoquímica. Vale ressaltar que os quatro primeiros receberam conceito 6 na avaliação quadrienal da Capes, enquanto os dois últimos atingiram a pontuação máxima, 7. Notavelmente, o programa Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido também obteve conceito 7, com a distinção de que tanto a revisão de periódicos ad hoc quanto as publicações se interligaram, concentrando-se em periódicos nacionais e internacionais.

Os programas de pós-graduação em Psicologia, Letras e Políticas Públicas, que estão inseridos nas áreas de concentração das ciências humanas e sociais aplicadas, destacaram-se pela concentração de revisão e publicação em periódicos (com foco em periódicos nacionais) por parte dos docentes, e receberam conceito 6 na avaliação, ao contrário dos campos previamente mencionados, cujas áreas de foco estão inseridas nas ciências exatas, ciências biológicas e química - domínios que geralmente conseguem estabelecer conexões internacionais mais amplas, devido às suas linhas de pesquisa interligadas a estudos de diversos países ou à realização de pesquisas influenciadas pelo que está sendo desenvolvido no Norte Global. Esse aspecto nem sempre é observado quando se trata de pesquisas nas áreas das humanas ou ciências sociais, pois estas envolvem, em grande parte, discussões vinculadas às realidades locais, regionais e territoriais - âmbitos que nem sempre são considerados internacionalmente prioritários. Além disso, a utilização de diferentes métodos e instrumentos de pesquisa faz com que os PPGs das áreas de concentração das ciências humanas e sociais aplicadas sejam questionados quanto à cientificidade de seus trabalhos.

Em relação aos PPGs com nota 5, considerados em transição, é pertinente mencionar que todos os programas se originaram na década de 2000, sendo três pertencentes à Universidade Federal do Tocantins - PPGDR, PPGCIAMB e PPGPV -, um da Universidade Federal de Mato Grosso - PPGVET -, um da Universidade Federal do Amapá - PPGBIO -, um da Universidade Federal do Acre - PPGLI - e um da Universidade Estadual de Roraima - PPGEAC. A média de docentes permanentes por PPG foi de 14,8, enquanto a média dos PPGs internacionalizados foi de 30,2.

Observa-se, ainda, que os desafios da internacionalização perpassam pelo planejamento estratégico desses programas, alguns com maiores avanços, como é o caso do PPGPV e do PPGBIO, com intenso investimento em publicações e participação na revisão de periódicos internacionais como *ad hocs*. Nessa direção, também se encontram os PPGCIAMB e PPGVET, com concentração de publicação e revisão em periódicos nacionais e internacionais. Quanto aos demais, os investimentos acadêmicos mais intensos ocorreram, ainda, em publicações em periódicos de ordem nacional, porém com impacto (Quadro 5).

Quadro 5 | Comparativo entre alguns PPG da Amazônia Legal com nota 5

Programa	Universidade	Revisão e Publicação de Periódicos	Bolsista Produtividade	Ano de Criação
Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Regional – PPGDR	UFT	Concentrada em revistas nacionais	31,25%	2007
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente - PPGCIAMB	UFT	Concentrada em revistas tanto nacionais como internacionais	6,25%	2003
Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal – PPGPV	UFT	Concentrada em revistas internacionais	35,71%	2006
Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias - PPGVET	UFMT	Concentrada em revistas tanto nacionais como internacionais	35,71%	2007
Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical - PPGBIO	UNIFAP	Concentrada em revistas internacionais	30%	2006
Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGLI	UFAC	Concentrada em revistas nacionais	0%	2006
Programa De Pós-Graduação Em Ensino De Ciências – PPGEC	UERR	Concentrada em revistas nacionais	0%	2012

Fonte: elaborado pelos autores com base no banco de dados currículo lattes dos docentes, 2023.

Outra variável analisada correspondeu ao alcance, por parte dos docentes, de bolsas de produtividade do CNPq, em que se observa baixa obtenção por esse grupo, com menos de 35,71% dos PPGs contemplados. Destacam-se o PPGPV, o PPGVET e o PPGDR, sendo que, em alguns programas, nenhum profissional foi contemplado, como ocorre no PPGLI e no PPGECC.

A participação dos docentes em associações/sociedades também apresenta baixo percentual ou ausência desses tipos de vínculos. Dentre os programas cujos docentes são membros dessas instituições, estão o PPGDR e o PPGBIO. Essas constatações estão de acordo com o que é exposto de maneira recorrente na obra de Sousa Santos (2013), na qual se explica que ainda impera uma monocultura do saber, em contraponto ao reconhecimento da multiculturalidade, típica de povos não brancos, que não encontram espaços de diálogo no conhecimento eurocentrado.

Com isso, a cooperação Sul-Sul é reconhecida como uma forma significativa de fortalecer a capacidade das universidades dos países em desenvolvimento para aprimorar e diversificar suas demandas de cooperação internacional. Por intermédio da cooperação supracitada, as instituições podem estabelecer parcerias com outras universidades de países com características semelhantes, a fim de compartilhar conhecimentos, habilidades, experiências e recursos, em conformidade com as diretrizes preconizadas pelas agências de fomento, com vistas ao alcance de posições que promovam maior impacto científico. Como apregoa Sousa Santos (2019), é necessário recorrer a novas epistemologias, que conduzam ao florescimento de um pensamento alternativo, capaz de revigorar as lutas contra as opressões historicamente vivenciadas pelos países do Sul Global.

Por isso, na área da educação superior, a cooperação Sul-Sul pode desempenhar um papel essencial na internacionalização das universidades localizadas em regiões com aguçada desigualdade. Tais universidades, muitas vezes, enfrentam desafios significativos, como falta de recursos, infraestrutura limitada e menor visibilidade internacional. Por meio desse tipo de cooperação, as instituições podem fomentar e viabilizar a troca de conhecimentos entre docentes e discentes, colaboração em pesquisas compartilhadas, desenvolvimento de programas acadêmicos colaborativos, intercâmbio de boas práticas e capacitação institucional. Essa forma de cooperação pode aprimorar a qualidade e a relevância da educação superior, promovendo a diversidade cultural, a colaboração acadêmica e o desenvolvimento regional entre os países envolvidos, principalmente com os países limítrofes da Amazônia Legal.

No contexto da desigualdade global, a cooperação Sul-Sul é vista como uma alternativa aos modelos tradicionais de cooperação internacional, que muitas vezes refletem relações assimétricas de poder. Ao concentrar os esforços na solidariedade entre países do Sul Global, essa abordagem busca promover uma distribuição do conhecimento de forma equitativa e estimular a participação ativa de todos os envolvidos na construção de um sistema de educação superior mais abrangente e acessível.

Nesse sentido, a concepção de “epistemologia do Sul”, explorada por Sousa Santos (2016, 2018), ultrapassa a noção geográfica e se refere aos desafios epistêmicos que buscam reparar as desvantagens e desigualdades decorrentes das relações coloniais. Essa ideia de Norte-Sul já havia sido destacada por Freire (2005), ao utilizar o termo “sulear” para enfatizar a importância de compreender os oprimidos a partir da região geográfica em que se encontram. Dessa forma, esse termo direciona o olhar para as discrepâncias causadas pela predominância de uma ciência voltada para atender aos interesses dos países do Norte. Ao mesmo tempo, é uma tentativa de dar visibilidade não apenas às potencialidades do Sul, mas também às suas perspectivas e óticas, de forma antagônica à fundamentação eurocêntrica que considera o Norte como uma orientação universal.

Essa tendência à homogeneização da ciência e de sua condução pode ocasionar sérios desafios para as universidades, sobretudo para aquelas que estão localizadas em regiões mais periféricas, as quais, para se adequarem, precisam despender grande esforço cotidiano para alcançar o reconhecimento da qualidade de ensino, pesquisa e extensão, comprovados, em parte, pela capacidade de internacionalização.

O melhor desempenho das universidades representa uma série de benefícios, como, por exemplo, o alcance de maior aporte de recursos do governo federal e de agências financiadoras, indispensáveis para conduzir toda a dinâmica do trabalho realizado. Acrescenta-se a isso a obtenção de melhorias estruturais, a contratação de servidores em nível técnico e superior e o financiamento contínuo para as pesquisas. O entrave é que a falta de adequação das instituições de ensino aos parâmetros estabelecidos pelo Norte Global acarreta o risco de essas não avançarem em termos de aportes financeiros, humanos e estruturais, o que as submete a uma situação alienante quanto ao conhecimento produzido.

Outro ponto a ser considerado refere-se às demandas impostas aos membros dos PPGs, relacionadas à produtividade acadêmica em geral. Isso inclui critérios como a publicação e revisão *ad hoc* de trabalhos científicos em língua estrangeira — substancialmente em inglês —, orientação de

alunos pelos docentes permanentes, participação e organização de eventos acadêmicos, especialmente com colaborações internacionais, entre outras variáveis. Essas exigências impactam diretamente a rotina produtiva dos profissionais, resultando em uma sobrecarga de trabalho. Isso ocorre em virtude da lógica operacional das universidades, que enfrentam uma realidade cada vez mais voltada para a lógica produtivista, especialmente na busca por captação de recursos, diante das significativas reduções financeiras e orçamentárias enfrentadas pelas instituições de ensino superior nos últimos anos.

Dentre os indicadores que evidenciam um desempenho sólido e a visibilidade dos PPGs, destaca-se a concessão de bolsas de produtividade — seja do CNPq ou de fundações de amparo à pesquisa de âmbito estadual — aos docentes. No entanto, para alcançar esse patamar, é necessário que os docentes tenham expressiva qualidade nas publicações de alto impacto, formem outros pesquisadores, especialmente de doutorado, além de se destacarem entre os pares, com reconhecimento de sua contribuição, em esfera nacional e internacional, na área do conhecimento em que atuam. Nos PPGs analisados, dentre os que efetivaram maiores parcerias internacionais — Genética e Biologia Molecular; Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários; Física; Geologia e Geoquímica; Ecologia — encontram-se os docentes que mais obtiveram bolsas de produtividade.

Sousa Santos (2019) corrobora o debate com o conceito de epistemologia do Sul ao destacar a importância de os PPGs reconhecerem e valorizarem os saberes locais e experiências historicamente marginalizados, no sentido de promover a internacionalização desde que se visualizem os problemas locais para a promoção do desenvolvimento regional.

A construção de projetos de internacionalização para instituições de ensino superior localizadas em regiões com acentuadas desigualdades demanda problematizar e ressignificar os propósitos da educação, o papel da universidade e do conhecimento por ela produzido na contemporaneidade, com foco no interesse regional. Isso requer esforços cooperativos estáveis e duradouros por parte dos sujeitos em rede da pós-graduação que compõem os diversos coletivos envolvidos (FARIAS; OLIVEIRA; PELOSO, 2021). Trata-se, portanto, de indicar a construção dialógica e crítica do conhecimento, privilegiando ambientes de aprendizagem horizontais e solidários, que viabilizem o fomento de saberes diversos, por meio de diferentes formas de internacionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui empreendido demonstrou que existem obstáculos consideráveis para que os PPG alcancem maior autonomia e liberdade em suas ações, ainda em função da intensa demanda por uma atuação nos moldes impostos pelos países eurocêntricos. Essa subserviência implica desafios para que os programas consigam obter melhores classificações e conceitos, devido ao fato de possuírem realidades específicas e atuarem dentro de um contexto social, econômico e político também peculiar. Dentre os 448 programas de pós-graduação existentes na Amazônia Legal, somente dez obtiveram classificações entre 6 e 7 na última avaliação quadrienal da Capes. Dessa maneira, verificou-se que os programas que não se enquadram nas determinações impostas pelos países do Norte Global sofrem limitações de funcionamento e de aprimoramento em suas atividades, confirmando a assimetria que existe entre os PPG internacionalizados e os que estão em transição para um perfil internacionalizado.

Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, a conclusão deste entendimento sobre a internacionalização da universidade, a cooperação Sul-Sul e a construção de conhecimento evocam uma transformação profunda nos paradigmas educacionais e científicos. O referido autor propõe uma ruptura com a hegemonia eurocêntrica, destacando a importância de se reconhecer e valorizar os saberes e experiências historicamente marginalizados.

A universidade, segundo essa visão, deve ser um espaço de pluralidade, diálogo e resistência às opressões históricas. A abertura ao conhecimento diversificado e a participação ativa de grupos sociais tradicionalmente excluídos são fundamentais para a construção de uma cultura democrática e inclusiva.

A cooperação Sul-Sul emerge como uma alternativa às relações assimétricas de poder presentes nos modelos tradicionais de cooperação internacional. Essa abordagem contribui para refletir sobre a necessidade de distribuição equitativa do conhecimento, em busca do fortalecimento das capacidades das universidades nos países em desenvolvimento. A internacionalização, nesse contexto, não deve ser apenas uma busca por padrões preestabelecidos pelo Norte Global, mas uma oportunidade para a criação de uma epistemologia do Sul que respeite e valorize as diversas formas de conhecimento.

O processo de internacionalização das universidades no contexto da Amazônia Legal representa não apenas uma busca por reconhecimento externo, mas uma oportunidade para redefinir o papel da região no cenário global, dada sua especificidade em relação às demais regiões brasileiras. A construção de parcerias internacionais em rede deve ser pautada para além da troca de conhecimentos, ou seja, deve primar também pela valorização das identidades locais e pela promoção de uma ciência que respeite a diversidade cultural e social.

Em síntese, a visão de Boaventura de Sousa Santos instiga a repensar a maneira como é concebido e praticado o conhecimento científico, bem como reconhecer o papel das universidades na sociedade. Os argumentos do autor sugerem que não há intenção de substituir epistemologias, tampouco de inverter as posições do Norte e do Sul. O destaque consiste no reconhecimento de que o objetivo não é extinguir as diferenças entre o Norte e o Sul, mas sim minimizar a centralidade das hierarquias de poder que permeiam essas distinções.

Ao analisar o processo de internacionalização dos PPG da Amazônia Legal, constatou-se que parte das produções científicas já é veiculada em língua inglesa, em atenção aos critérios de veiculação internacional, assim como é apregoado pelas agências de fomento. O que difere entre os PPG é a quantidade de publicações em revistas de alto impacto.

Aos programas com nota 5, em transição para um perfil internacionalizado, uma estratégia pertinente seria, primeiramente, estabelecer ou fortalecer a cooperação entre os países do Sul para que, tendo aprimorado as ações de internacionalização entre si, possam galgar proporções maiores e conseguir espaço e reconhecimento entre os países do Norte.

Para alcançar referência internacional, as universidades têm passado por reestruturações com vistas a atender às demandas sociais, políticas e econômicas, de acordo com o contexto em que estão inseridas. Contudo, é importante considerar que, em regiões economicamente periféricas, os desafios são ainda maiores.

Verificou-se, ainda no estudo, que a maioria dos PPG analisados tem buscado propor soluções aos desafios da Amazônia Legal, principalmente por meio de estudos estratégicos relacionados às questões ambientais e da biodiversidade regional endêmica. Isso comprova que os PPG internacionalizados têm dialogado simultaneamente com temas regionais e globais, indo ao encontro do estabelecimento da

cooperação Sul-Sul.

A internacionalização das universidades da Amazônia Legal também pode impactar positivamente no desenvolvimento econômico e social da região. Por intermédio de parcerias e colaborações em rede com instituições internacionais, há o aumento do potencial de atração de investimentos, fomento ao empreendedorismo e estímulo à criação de negócios inovadores. Além disso, a visibilidade internacional da região amazônica, como um centro de conhecimento e pesquisa, pode impulsionar o turismo científico e cultural, gerando emprego e renda para as comunidades locais.

No entanto, é importante ressaltar que a internacionalização das universidades na Amazônia Legal necessita acontecer de forma responsável e sustentável. É essencial garantir o respeito aos conhecimentos tradicionais e às comunidades locais, de maneira a promover a inclusão e a participação ativa desses grupos nas atividades acadêmicas e de pesquisa. Além disso, é fundamental que a internacionalização esteja alinhada com a conservação e preservação da biodiversidade amazônica, evitando impactos negativos e com foco também na busca de soluções que promovam o desenvolvimento regional sustentável.

Portanto, a Amazônia Legal também possui potencial para contribuir com a internacionalização das universidades brasileiras. Esta pode ocorrer também por meio do intercâmbio de conhecimento, da formação de recursos humanos qualificados e da promoção do desenvolvimento científico e tecnológico de temas inerentes à região, pelos quais as universidades podem desempenhar papel fundamental na valorização e conservação das particularidades regionais, por meio de práticas de internacionalização que privilegiem a cooperação Sul-Sul, indo ao encontro de minimizar os problemas locais e, simultaneamente, colaborando com a melhoria da qualidade dos PPG.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, P. Globalization and the University: Myths and Realities in the Unequal World. **Tertiary Education and Management**, Lancaster, UK, 2004.
- DAL-SOTO, F; ALVES, J. N; SOUZA, Y, S. A produção científica sobre internacionalização da educação superior na Web Of Science: características gerais e metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.32, n.4, p. 229-249, 2016.
- FARIAS, N; OLIVEIRA, M. R; PELOSO, F. C. Internacionalização da Educação Superior - Internacionalización de la educación superior: olhares do Sul. **Revista nuestraAmérica**, v.9, n.17, p.1–20, 2021.
- JONES, E.; DE WIT, H. Globalization of internationalization: thematic and regional reflections on a traditional concept. **The International Journal of Higher Education and Democracy**, Albany, v.3, p. 35-54, 2012.
- LUCE, M. M; FAGUNDES, C. V; MEDIEL, O. G. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação**, v.21, n.2, p. 317-339, 2016.
- MARRARA, T; RODRIGUES, J. A. Medidas de internacionalização e o uso de idiomas estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 6, n. 11, p. 121 - 143, 2009.
- MATTOS, L. K. **A internacionalização da pós-graduação brasileira**: investimento e avaliação na área de ciências sociais aplicadas. 195 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2018.
- SOUSA SANTOS, B. S. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, v.18, n.43, p.24-56, 2016.
- SOUSA SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**. A afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 477 p.
- SOUSA SANTOS, B. S. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Esencial. Meneses et al. (ORG). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. 688 p.
- SOUSA SANTOS, B. S. **Epistemologies of the South**: justice against Epistemicide. Londres: Paradigm Publishers, 2014.
- SOUSA SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.78, p.3-46, 2007.
- TOSTA, H.T; STALLIVIERI, L; TOSTA, K.C. A internacionalização da educação superior: uma análise do processo em curso na Universidade Federal da Fronteira Sul. **Sinergia**: Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, v.20, p.36-46, 2016.
- YONEZAWA, A. The internationalization of the university as a response to globalization: an east Asian perspective. In: SHIN, J. C; TEICHLER, U. (Orgs.). **The future of the post massified university as the crossroads**. Nova Iorque: Springer, 2014. p. 59-71.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.